

**PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AO PROJETO DE LEI Nº 2.086, DE 2007.**

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, a indicação feita a este Parlamentar para apresentar parecer pela Comissão de Desenvolvimento ao Projeto de Lei nº 2.086, de 2007, reflete um pouco a preocupação deste Plenário com a decisão do Governo de retirar a medida provisória.

A medida provisória estabelecia o desconto de créditos de contribuição para o PIS/PASEP e COFINS no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção de bens apresentados em anexo à lei, fruto da necessidade estabelecida pelos próprios segmentos sugeridos na proposta.

Convém salientar que a retirada da medida provisória deu-se em função da falta de uma clara articulação no encaminhamento da necessidade premente de alguns setores da economia serem atendidos pelo Estado Federal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o parecer que apresentamos é favorável ao Projeto de Lei nº 2.086, fruto de entendimento dos partidos desta Casa para que houvesse claramente outra ação rápida, a fim de dar respostas aos segmentos atingidos por decisão do Governo equivocada, polêmica, no sentido de estabelecer a China como economia de mercado.

Três dos setores mais atingidos no reconhecimento da China como economia de mercado, sem dúvida nenhuma, foram o calçadista, o moveleiro e o de confecções.

Na verdade, a Comissão de Desenvolvimento Econômico que, ao longo desses últimos meses, se empenhou em encontrar um rumo para debater as necessidades de 3 setores atingidos pela invasão de produtos asiáticos, especialmente chineses em nosso País, de alguma maneira, aponta para dizimar do nosso País 3 setores intensivos de mão-de-obra. Falo do setor têxtil.

O setor têxtil é o que mais emprega no País, depois da construção civil, e estava prestes a receber uma ação predatória das importações, capaz de comprometer seriamente a empregabilidade da área e criar muita dificuldade para esse segmento da economia. Os setores calçadista e moveleiro também.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico realizou 3 audiências públicas para avaliar a situação de penúria, de necessidade, eu diria, de ter o atendimento por parte do Governo, principalmente dos Ministérios correspondentes. É o caso dos Ministérios de Desenvolvimento Econômico, da Fazenda e das Relações Exteriores, que estiveram na Comissão de Economia e Desenvolvimento Econômico para aprofundar o debate sobre esses 3 segmentos fortemente atingidos pelas importações desenfreadas dos últimos anos.

Evidente que esta Casa contribuiu, e muito, para que o Governo tivesse efetiva preocupação em dar um rumo, algo que pelo menos amenizasse a situação desses 3 segmentos.

Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico é favorável à aprovação do projeto, fruto de entendimento dos partidos nesta Casa, a fim de que o imediato desconto de créditos das contribuições para PIS, PASEP e COFINS, incidentes na aquisição e importação de máquinas e equipamentos pelas indústrias dos setores beneficiados, representem um alívio.

No entanto, quero ressaltar que apenas essas medidas consubstanciadas na proposta do Projeto de Lei nº 2.086/07 não serão suficientes para atender a segmentos predados pela economia internacional, fruto da falta de planejamento capaz de privilegiar uma política industrial e venha ao encontro dos interesses do País.

Portanto, as medidas preconizadas na proposta precisam ser aprovadas e, com certeza, terão o atendimento e a presença desta Casa.

Quero, mais uma vez, declarar que isso não será suficiente para atender à demanda desses 3 segmentos — têxtil, calçadista e moveleiro — que vivem um momento de muita preocupação.

O Governo, que fala claramente na geração de empregos, não pode permitir que segmentos importantes e intensivos de mão-de-obra possam continuar numa situação de tanta dificuldade.

Assim, o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico é favorável e ressalta a necessidade de o Governo atender às demandas de setores prejudicados pelo reconhecimento da China como economia de mercado.

Muito obrigado.